



Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM
CNPJ: 00.091.652/0001-89

Demonstrações Contábeis Intermediárias

3º Trimestre de 2024

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

Balancos Patrimoniais Levantados em 30 de setembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

Em milhares de reais

ATIVO		2024	2023	01/01/2023
	<u>Nota Explicativa</u>		Reapresentado* 3	Reapresentado* 3
CIRCULANTE				
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	37.172	21.088	20.525
Créditos a Receber	6	84	46	3
Tributos a Recuperar	7	7.229	5.727	1.079
Adiantamentos para Despesas	8	9.128	5.365	2.947
Adiantamentos para Convênios e TEDs	9	19.631	28.325	22.342
Créditos a compensar de Convênios e TEDs	10	87.320	83.850	107.553
Outros Créditos	11	1.303	275	23
Total do Ativo Circulante		161.867	144.676	154.472
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo	12	11.060	11.154	10.454
Investimentos	13	5	5	5
Imobilizado	14	125.200	116.264	112.055
Intangível		-	-	-
Total do Ativo não Circulante		136.265	127.423	122.514
TOTAL DO ATIVO		298.132	272.099	276.986

* Veja nota explicativa 3

* As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras Intermediárias.

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

Balancos Patrimoniais Levantados em 30 de setembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

Em milhares de reais

PASSIVO		2024	2023	01/01/2023
	<u>Nota Explicativa</u>		Reapresentado* 3	Reapresentado* 3
CIRCULANTE				
Fornecedores e Contas a Pagar	15	5.798	4.626	9.544
Tributos e Encargos Sociais a Pagar	16	17.336	17.072	16.019
Obrigações Tributárias a Recolher - Retenções	17	11.213	9.438	12.975
Férias e 13º Salário a Pagar	18	72.082	52.533	47.295
Provisão para Contingências	19	1.336	1.246	1.096
Contas e Despesas a Pagar	20	17.604	17.150	17.726
Convênios com Entidades Diversas	21	7.534	2.418	3.000
Transferências Financeiras a Comprovar	22	87.320	83.850	107.553
Credores Diversos	23	2.048	1.429	1.532
Total do Passivo Circulante		222.271	189.762	216.740
NÃO CIRCULANTE				
Tributos e Encargos Sociais a Pagar	16	8.028	9.334	11.076
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital- AFAC	24	36.986	29.452	0
Bens recebidos em Comodato	24	1.274	1.274	1.274
Total do Passivo não Circulante		46.288	40.060	12.350
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social	25	30.148	30.148	30.148
Reservas de Reavaliação	26	20.131	20.271	20.457
Resultado Acumulado	27	(20.706)	(8.142)	(2.709)
Total do Patrimônio Líquido		29.573	42.277	47.896
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		298.132	272.099	276.986

* Veja nota explicativa 3

* As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras Intermediárias.

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
Demonstrações dos Resultados

Para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2024 e 2023 e três meses de julho a setembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto o Resultado Líquido do Exercício por ação

		<u>01/01/2024 a</u> <u>30/09/2024</u>	<u>01/01/2023 a</u> <u>30/09/2023</u>	<u>01/07/2024 a</u> <u>30/09/2024</u>	<u>01/07/2023 a</u> <u>30/09/2023</u>
	Nota Explicativa		Reapresentado* 3		Reapresentado* 3
Receita Líquida de Serviços	28	2.024	1.573	1.060	433
Custo dos Serviços Prestados	29	(978)	(999)	(354)	(274)
Lucro Bruto		<u>1.046</u>	<u>574</u>	<u>706</u>	<u>159</u>
Recursos Recebidos da União para Operações	30	488.123	452.084	176.561	153.589
(Despesas) Receitas Operacionais	31	(498.662)	(457.790)	(181.671)	(157.751)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro		<u>(9.493)</u>	<u>(5.132)</u>	<u>(4.404)</u>	<u>(4.003)</u>
(Despesas) Receitas Financeiras	32	(3.210)	(1.109)	(1.236)	(622)
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro		<u>(12.703)</u>	<u>(6.241)</u>	<u>(5.640)</u>	<u>(4.625)</u>
Imposto sobre a Renda e Contribuição Social	33	-	(329)	-	-
Resultado Líquido do Período	34	<u>(12.703)</u>	<u>(6.570)</u>	<u>(5.640)</u>	<u>(4.625)</u>
Resultado Líquido por Ação		(4,31)	(2,23)	(1,91)	(1,57)

* Veja nota explicativa 3

* As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras Intermediárias.

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2024 e nove meses findos em 30 de setembro de 2023.

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Capital Social</u>	<u>Reserva de Lucros</u>	<u>Reserva de Reavaliação</u>	<u>Resultado Acumulado</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>
SALDOS EM 31/12/2022	30.148	0	20.457	(1.435)	49.170
Resultado do Período	0	0	0	(6.570)	(6.570)
Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	(140)	140	0
Ajustes de Exercício Anteriores	0	0	0	0	0
SALDOS EM 30/09/2023	30.148	0	20.317	(7.865)	42.600
SALDOS EM 31/12/2023	30.148	0	20.271	(6.869)	43.550
Resultado do Período	0	0	0	(12.703)	(12.703)
Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	(140)	140	0
Ajustes de Exercício Anteriores	0	0	0	(1.274)	(1.274)
SALDOS EM 30/09/2024	30.148	0	20.131	(20.706)	29.573

* As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras Intermediárias.

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2024 e nove meses findos em 30 de setembro de 2023.

(Em milhares de reais - R\$)

	2024	2023
	Reapresentado* 3	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Líquido do Período	(12.703)	(6.570)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e Amortização	2.589	2.046
Juros e Variações Monetárias Ativas	(371)	(477)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(1.274)	-
Provisão para Perdas Crédito Realizáveis Longo Prazo - PCLD	108	139
Ajustes Investimentos	-	1
Provisão de Contingências	90	149
	<u>(11.561)</u>	<u>(4.712)</u>
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS		
Créditos a receber	(38)	(48)
Estoques	-	-
Tributos a recuperar	(1.502)	(4.598)
Adiantamentos para despesas	(3.763)	(13.650)
Depósitos Judiciais e para Recursos	356	(26)
Outros ativos	28.032	(8.184)
	<u>23.085</u>	<u>(26.506)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS		
Fornecedores	1.457	(219)
Salários e Encargos	28.365	28.633
Contas e Despesas a Pagar	(6.287)	3.361
Outros Passivos	(16.257)	(8.456)
	<u>7.278</u>	<u>23.319</u>
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>18.802</u>	<u>(7.899)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imobilizado	(227.654)	(378.083)
Baixa de Imobilizado	216.129	372.772
Aquisição de Intangível	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(11.525)</u>	<u>(5.311)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	8.807	9.450
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>8.807</u>	<u>9.450</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>16.084</u>	<u>(3.760)</u>
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	21.088	20.525
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	37.172	16.765
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>16.084</u>	<u>(3.760)</u>

* Veja nota explicativa 3

* As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras Intermediárias.

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
Demonstrações dos Valores Adicionados

Para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2024 e nove meses findos em 30 de setembro de 2023.

(Em milhares de reais - R\$)

	2024	2023
RECEITAS	490.238	430.597
Recursos Financeiros da União	488.122	428.931
Outras receitas	2.116	1.666
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	116.083	112.491
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	978	999
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	113.130	88.742
Perda/Recuperação de valores ativos	108	139
Outras(Provisões, Reversões e Resultado com Ações Judiciais)	1.867	22.611
VALOR ADICIONADO BRUTO	374.155	318.106
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	9.629	8.885
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	364.526	309.221
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	371	477
Receitas financeiras	371	477
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	364.897	309.698
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	364.897	309.698
Pessoal	305.526	269.703
Remuneração direta	270.518	243.061
Benefícios	12.774	9.113
FGTS	22.234	17.529
Impostos, taxas e contribuições	68.467	44.979
Federais	68.273	44.789
Estaduais	27	27
Municipais	167	163
Remuneração de capitais de terceiros	3.607	1.586
Juros	3.607	1.586
Remuneração de capitais próprios	(12.703)	(6.570)
Lucros retidos/Prejuízo do exercício - Atribuível aos Acionistas Controladores	(12.322)	(6.373)
Lucros retidos/Prejuízo do exercício - Atribuível aos Acionistas não Controladores	(381)	(197)

* As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Intermediárias.

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

Demonstração do Resultado Abrangente

Para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2024 e nove meses findos em 30 de setembro de 2023.

Em milhares de reais, exceto o Resultado Líquido do Exercício por ação

	2024	2023
<i>Nota Explicativa</i>		Reapresentado* 3
Resultado Líquido do Período	(12.703)	(6.570)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(1.274)	-
Realização da Reserva de Reavaliação	140	139
Outros Resultados Abrangentes	(1.134)	139
Resultado Abrangente Total	(13.837)	(6.431)
Parcela da Controladora	(13.421)	(6.238)
Parcela dos Não Controladores	(415)	(193)

*** As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras Intermediárias.**

1. Contexto Operacional

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM, doravante denominada “CPRM” ou “companhia”, é uma Sociedade por Ações, constituída na forma do Decreto-Lei no 764, de 15 de agosto de 1969, sob controle da União, regida pelas normas de direito privado e pela Lei no 8.970, de 28 de dezembro de 1994, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), pela Lei nº 13.303, de 30 junho de 2016 (Estatuto Jurídico das Estatais), e por seu Estatuto Social.

A companhia tem por objeto social as atribuições de **SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL**, em especial:

I - Subsidiar a formulação da política mineral e geológica, participar do planejamento, da coordenação e execução dos serviços de Geologia e Hidrologia de responsabilidade da União em todo o território nacional, incluindo a Plataforma Continental Jurídica Brasileira e Áreas Oceânicas Adjacentes;

II - Gerar e disseminar conhecimento geocientífico com excelência, contribuindo para melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento sustentável do Brasil;

III - Estimular o descobrimento e o aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do país;

IV - Orientar, incentivar e cooperar com entidades públicas e/ou privadas nas realizações de pesquisas e estudos destinados ao aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do país;

V - Elaborar sistemas de informações, cartas e mapas que traduzam o conhecimento geológico e hidrológico nacional, tornando-o acessível à sociedade brasileira;

VI - Colaborar em projetos de preservação do meio ambiente em ação complementar à dos órgãos competentes da administração;

VII - Realizar pesquisas, estudos e mapeamento relacionados com os fenômenos naturais e induzidos, ligados à terra, tais como terremotos, deslizamentos, enchentes, secas, desertificação e outros, bem como os relacionados à Paleontologia e à Geologia Marinha; e

VIII - Dar apoio técnico e científico aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, no âmbito de sua área de atuação.

As atividades exercidas pela CPRM, constantes em seu objeto social, visam sempre o interesse público que motivou sua criação, com a geração e difusão do conhecimento das Geociências com excelência no interesse do país, incluídas a Geologia em seus diversos campos, a Hidrologia e outras ciências afins, bem como a gestão destas informações.

A CPRM tem sede e foro na cidade de Brasília – DF, onde está situada sua Diretoria, possui Escritório no Rio de Janeiro, onde se situam todos os departamentos de controles técnicos,

administrativos e financeiros da companhia, e possui as seguintes unidades regionais, por meio das quais lhe permite atuar em todo território nacional:

SIGLA	NOME	LOCALIZAÇÃO
SUREG/BE	Superintendência de Belém	Belém – PA
SUREG/BH	Superintendência de Belo Horizonte	Belo Horizonte – MG
SUREG/GO	Superintendência de Goiânia	Goiânia – GO
SUREG/MA	Superintendência de Manaus	Manaus – Amazonas
SUREG/PA	Superintendência de Porto Alegre	Porto Alegre – RS
SUREG/SA	Superintendência de Salvador	Salvador – BA
SUREG/RE	Superintendência de Recife	Recife-PE
SUREG/SP	Superintendência de São Paulo	São Paulo – SP
REFO	Residência de Fortaleza	Fortaleza – CE
REPO	Residência de Porto Velho	Porto Velho – RO
RETE	Residência de Teresina	Teresina – PI

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e nº 11.941, de 27 de maio de 2009, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A Companhia escritura suas operações no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, na modalidade total, sendo os Balanços de Unidades Gestoras consolidados no Órgão 29208 – Gestão 29208. A sua escrituração está mantida em registros permanentes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo feita conforme estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os elementos apresentados nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera, ou seja, a “moeda funcional”, que é também a moeda corrente nacional – denominada Real.

2.3. Uso de estimativa e julgamento

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores

reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas são baseadas na experiência, melhor conhecimento, informações disponíveis na data do balanço e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão dessas estimativas. Os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas. As políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras são consistentes com as adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores. As estimativas contábeis e os julgamentos da administração, baseados nas informações disponíveis, são revisados de forma contínua.

2.4. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico que representa a base mais usual de mensuração de ativos e passivos. O custo histórico corresponde ao registro original pelo qual o ativo ou o passivo integra o Balanço Patrimonial.

Os ativos são registrados pelos valores pagos ou a serem pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos que são entregues para adquiri-los na data de aquisição, podendo ou não ser atualizados pela variação na capacidade geral de compra da moeda.

Os passivos são registrados pelos valores dos recursos que foram recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias, pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa que serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações.

2.5. Critérios de apresentação

Para o ativo, as contas estão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez, e, para o passivo, em ordem decrescente de prioridade de pagamento das exigibilidades. Os elementos patrimoniais (ativos, passivos e patrimônio líquido) apresentam saldos comparativos entre o período intermediário corrente e o final do exercício anterior, já os elementos de desempenho (receitas e despesas) e fluxos de caixa, são comparados com o período intermediário do exercício anterior (corrente e acumulado no ano).

3. Mudança nas políticas contábeis e retificação de erros

Mudança nas políticas contábeis

Exceto pelas mudanças abaixo, as políticas contábeis aplicadas nestas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas aplicadas nas últimas demonstrações financeiras anuais.

As mudanças nas políticas contábeis também serão refletidas nas demonstrações financeiras da companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

(a) Reclassificação de “Recursos da União para Operações e Investimentos” na demonstração do resultado

Anteriormente, a companhia não classificava os recursos recebidos da União para recolhimento de tributos oriundos de empenhos liquidados em exercícios anteriores (restos a pagar processados ou restos a pagar não processados liquidados em exercícios anteriores) como “Recursos da União para Operações e Investimentos”, esses recursos eram classificados como “Outras receitas operacionais”. A companhia agora considera que a nova classificação reflete de forma mais apropriada a origem desses benefícios econômicos.

- Impacto na demonstração do resultado

Os valores comparativos na demonstração de resultado foram reapresentados para manter a consistência. Não houve impacto no resultado, nenhuma obrigação surgiu por conta dessa alteração e não há nenhum impacto material sobre o resultado líquido.

A tabela a seguir resume os impactos na demonstração de resultado da companhia.

Período de seis meses findos em 30 de setembro de 2023 <i>Em milhares de Reais</i>	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Lucro Bruto	574	-	574
Recursos da união para operações e investimentos	428.930	23.154	452.084
(Despesas) receitas operacionais	(434.636)	(23.154)	(457.790)
Outros elementos de desempenho	(1.438)	-	(1.438)
Resultado Líquido do Período	6.570	-	6.570

(b) Alteração de nomenclaturas de contas do Ativo e Passivo circulantes

Anteriormente, a companhia nomeava as contas “Adiantamentos para Convênios e TEDs”, “Créditos a compensar de Convênios e TEDs”, do Ativo Circulante, como “Convênios com Entidades Diversas” e “Convênios com Entidades Diversas – TED”, respectivamente, e a conta “Transferências Financeiras a Comprovar”, do Passivo Circulante, como “Convênios com Entidades Diversas – TED”. A companhia agora considera que as novas nomenclaturas dessas contas representam com maior clareza a natureza dos saldos patrimoniais a que elas se referem.

- Impacto no balanço patrimonial

Os valores comparativos no balanço patrimonial foram reapresentados para manter a consistência. Não houve impacto no resultado, nenhuma obrigação surgiu por conta dessa alteração e não há nenhum impacto material sobre o resultado líquido.

NOTAS EXPLICATIVAS
 COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM
 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As tabelas a seguir resumem os impactos no balanço patrimonial da companhia em 1º de janeiro de 2023 e 31 de dezembro de 2023.

1º de janeiro de 2023 <i>Em milhares de Reais</i>		Reapresentado	
Anteriormente apresentado			
Total do ativo	276.986	Total do Ativo	276.986
Convênios com Entidades Diversas	22.342	Adiantamentos para Convênios e TEDs	22.342
Convênios com Entidades Diversas – TED	107.553	Créditos a compensar de Convênios e TEDs	107.553
Outros elementos do Ativo	147.091	Outros elementos do Ativo	147.091
Total do passivo	276.986	Total do passivo	276.986
Convênios com Entidades Diversas – TED	107.553	Transferências Financeiras a Comprovar	107.553
Outros elementos do Passivo e PL	169.433	Outros elementos do Passivo e PL	169.433

31 de dezembro de 2023 <i>Em milhares de Reais</i>		Reapresentado	
Anteriormente apresentado			
Total do ativo	272.099	Total do Ativo	272.099
Convênios com Entidades Diversas	28.325	Adiantamentos para Convênios e TEDs	28.325
Convênios com Entidades Diversas – TED	83.850	Créditos a compensar de Convênios e TEDs	83.850
Outros elementos do Ativo	159.924	Outros Elementos do Ativo	159.924
Total do passivo e PL	272.099	Total do passivo e PL	272.099
Convênios com Entidades Diversas – TED	83.850	Transferências Financeiras a Comprovar	83.850
Outros elementos do Passivo e PL	188.249	Outros elementos do Passivo e PL	188.249

Retificação de erros

A Companhia identificou os seguintes erros:

I – Erros de mensuração em elementos do Passivo Circulante e não Circulante no balanço patrimonial publicado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

(a) Foi identificado que a conta “Obrigações Tributárias a Recolher - Retenções” estava subvalorizada e a conta “Contas e Despesas a Pagar” estava sobrevalorizada em igual montante, R\$ 6.741 mil, portanto, essas diferenças se anulam.

A ocorrência desses erros se deu em função da conta “Salários, remunerações e benefícios”, que compõe a conta “Contas e Despesas a Pagar”, constar o valor bruto da folha de

NOTAS EXPLICATIVAS
 COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM
 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

pagamento, quando deveria estar deduzida de Imposto de Renda Retida na Fonte (IRRF) e da contribuição dos empregados à previdência social (INSS).

(b) Foi identificado que a conta “Bens recebidos em Comodato” estava subvalorizada no montante de R\$ 1.274 mil, referente à cessão não onerosa de bem imóvel para instalação e funcionamento do Núcleo de Natal (NANA), realizada no exercício de 2021. O Ativo foi registrado corretamente na época, porém, não foi feito o lançamento da obrigação de devolução do imóvel ao término da vigência contratual.

Os valores comparativos no balanço patrimonial foram reapresentados para manter a consistência. Não houve impacto no resultado e nenhuma obrigação surgiu por conta da retificação dos erros identificados.

- Impacto no balanço patrimonial

As tabelas a seguir resumem os impactos no balanço patrimonial da companhia em 1º de janeiro de 2023 e 31 de dezembro de 2023.

1º de janeiro de 2023 <i>Em milhares de Reais</i>	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Bens Recebidos em Comodato (Passivo não Circulante)	0	1.274	1.274
Resultado Acumulado (Patrimônio Líquido)	(1.435)	(1.274)	(2.709)
Outros elementos do Passivo e PL	278.421	-	278.421
Total do passivo e PL	276.986	-	276.986

31 de dezembro de 2023 <i>Em milhares de Reais</i>	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Obrigações Tributárias a Recolher – Retenções	2.697	6.741	9.438
Contas e Despesas a Pagar	23.891	(6.741)	17.150
Bens Recebidos em Comodato (Passivo não Circulante)	0	1.274	1.274
Resultado Acumulado (Patrimônio Líquido)	(6.868)	(1.274)	(8.142)
Outros elementos do Passivo e PL	252.379	-	252.379
Total do passivo e PL	272.099	-	272.099

II – Erros de mensuração em elementos do “Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais” e do “Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento” na Demonstração dos Fluxos de Caixa para o período de seis meses findo em 30 de setembro de 2023:

(a) Foi identificado que a rubrica Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) foi classificada no grupo “Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais”. Considerando que o AFAC resulta em mudança no tamanho e na composição do capital próprio e de terceiros da Companhia, sua reclassificação como “Atividades de Financiamento” evidencia sua natureza com maior clareza.

Os valores comparativos na demonstração dos fluxos de caixa foram reapresentados para manter a consistência. Não houve impacto no resultado e nenhuma obrigação surgiu por conta da retificação dos erros identificados.

- Impacto na demonstração dos fluxos de caixa

Em função da classificação do AFAC como Atividade Operacional, a demonstração dos fluxos de caixa de 30 setembro de 2023 apresentava o saldo de R\$ 1.551 mil na linha de “Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais” e não apresentava saldo na linha de “Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento”, na demonstração reapresentada em 30 de setembro de 2024, os saldos das linhas de “Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais” e de “Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento”, apresentam os saldos de - R\$ 7.899 mil e R\$ 9.450 mil, respectivamente.

4. Sumário das principais políticas contábeis

Visando melhor compreensão das bases de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas dos elementos aos quais se relacionam.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende os recursos financeiros liberados pelo Tesouro Nacional para o pagamento de despesas do exercício e do exercício anterior (restos a pagar), principalmente fornecedores, tributos, obrigações trabalhistas e investimentos. Na programação da execução financeira é feita a compatibilização entre a liberação e a disponibilidade de caixa do Tesouro Nacional, observando a Lei Orçamentária Anual – LOA.

Compreende também os recursos financeiros recebidos de Convênios e TEDs e os originários de fontes de próprias (oriundos das prestações de serviços e alienações de bens e/ou direitos), os quais atendem à definição de caixa e equivalentes de caixa preconizada na prática contábil.

Os recursos recebidos via Guia de Recolhimento da União (GRU) ou referentes a cancelamento de ordens bancárias, são agrupados em “Recursos a classificar” enquanto estão pendentes de regularização (identificação e reclassificação de acordo com a sua origem).

	09/2024	12/2023
Recursos recebidos do Tesouro Nacional	27.498	18.156
Recursos recebidos de convênios e TEDs	6.793	2.143
Recursos próprios	2.458	543
Recursos a classificar	423	246

Total	37.172	21.088
--------------	---------------	---------------

Os recursos de origem própria tiveram aumento em função principalmente dos recebimentos referentes aos leilões de bens móveis (veículos) realizados nos 1º e 2º Trimestres de 2024.

Prática Contábil

São registrados pelo valor nominal e são movimentadas conforme normas expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, principalmente, a Macrofunção nº 020303 – Programação e Execução Financeira e a Macrofunção nº 020305 – Conta Única do Tesouro Nacional, com exceção dos saldos recebidos de convênios ainda não utilizados, que são atualizados conforme dispõe o §4º, art. 10º do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007.

6. Créditos a receber

Os valores registrados em créditos a receber são referentes ao ressarcimento das despesas com cessão de empregados a outros órgãos e/ou entes federativos vencíveis em até 30 dias:

	09/2024	12/2023
Agência Pernambucana de Águas e Clima – APAC	30	0
Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A – EMBASA	22	46
Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB	32	0
Total	84	46

7. Tributos a recuperar

	09/2024	12/2023
INSS a Compensar	5.864	4.499
COFINS a Recuperar/Compensar	1.109	993
PIS/PASEP a Recuperar/Compensar	237	216
IRPJ/CSLL a Recuperar/Compensar	19	19
Total	7.229	5.727

Prática Contábil

São créditos tributários referentes à COFINS e ao PIS/PASEP apurados em conformidade com a Escrituração Fiscal Digital – Contribuições (EFD – Contribuições), os créditos de INSS são apurados após análise retrospectiva das Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos – DCTFWeb de períodos anteriores.

São contabilizadas também as retenções de tributos federais por terceiros, tais créditos são oriundos das retenções sofridas pela SGB/CPRM quando da prestação de serviços, sendo tais créditos passíveis de recuperação ou compensação por parte da empresa que mantém controle periódico dos valores envolvidos.

Os créditos de PIS/PASEP e COFINS são utilizados para reduzir o valor a pagar dessas contribuições incidentes sobre o faturamento, já os créditos de INSS são utilizados para reduzir outros tributos federais a pagar, quando cabível.

8. Adiantamentos para despesas

O saldo da conta adiantamentos para despesas refere-se aos adiantamentos a empregados para atendimento das operações da Companhia, consoante a normativos específicos, bem como os adiantamentos de férias.

	09/2024	12/2023
Adiantamento de Férias	781	876
Adiantamento para Viagens	4.731	2.343
Suprimento de Fundos	178	65
Adiantamento para despesas em nome da Companhia	3.438	2.081
Total	9.128	5.365

As variações dos saldos de adiantamentos para atendimentos das operações da Companhia (Viagens, Suprimento de Fundos e despesas em nome da Companhia) explicam-se pelo incremento de atividades neste exercício em relação ao final do exercício anterior.

Prática Contábil

Os adiantamentos para viagens, suprimento de fundos e para despesas em nome da companhia são valores colocados à disposição dos empregados para realização de despesas, que não podem passar pelos ritos convencionais das despesas, que estejam ligadas às atividades finalísticas e administrativas. Tais concessões são disciplinadas pelos normativos internos da companhia e passam pelo escrutínio de sua Auditoria Interna.

Tais processos possuem um número de controle gerado pelo SEI e são relacionados pelo CPF de cada beneficiário e, até o momento em que tais concessões estão pendentes de prestação de contas, ficam evidenciadas no Ativo como um direito a receber. No momento em que é entregue pelo empregado, ocorre a reclassificação das despesas, baixa de responsabilidade e contabilização dos recebimentos das GRU das devoluções.

Conforme Macrofunção SIAFI 021142 – Folha de Pagamento, ao final de cada mês é feito o confronto entre as contas de Adiantamento de 13º Salário (Ativo) e 13º Salário a pagar (Passivo), de modo que não haja saldos de adiantamentos e passivos decorrentes de 13º superavaliados.

9. Adiantamentos para Convênios e TEDs

Nesta conta ficam registrados os valores adiantados para execução de convênios e termos de execução descentralizada, que são acordos feitos entre a companhia e entidades governamentais da Federação ou entidades sem fins lucrativos com o objetivo de realizar projetos, atividades, serviços, aquisições de bens ou eventos de interesse recíproco.

Esses acordos incluem obrigações para ambas as partes, com a companhia responsável por repassar o recurso público e a outra entidade responsável por aplicar os recursos de acordo com o objeto do convênio/termo de execução descentralizada.

	09/2024	12/2023
<p>Universidade Federal do Rio Grande – FURG Vigência: 12/2015 a 11/2017 – Prorrogado: 30/11/2023 Objeto: Realização de três campanhas de levantamento de dados geofísico e oceanográficos e coleta de amostras geológicas na região da Plataforma de Florianópolis e no Terraço de Rio Grande para avaliação da ocorrência de depósitos de fosforita dentro do Programa REMPLAC Obs.: Prestação de contas aprovada em setembro/2024 (baixa será feita no próximo trimestre).</p>	1.859	1.859
<p>Centro Federal de Educação Tecnológica de MG – CEFET Vigência: 26/12/2019 a 31/07/2022 Objeto: O presente instrumento tem por objeto o desenvolvimento de um novo desenho organizacional para a CPRM com vistas ao aprimoramento da eficiência e efetividade da organização, baseado nas modernas práticas gerenciais, em conhecimento científico de fronteira, no alinhamento à estratégia organizacional e em adaptações de aspectos complementares devidas às consequências da mudança estrutural. TED 38/CPRM/2019 – ED 699557 Obs.: Prestação de contas aprovada em 25/03/2024.</p>	-	755
<p>Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro Vigência 11/2009 a 11/2013 Objeto: Mapeamento geológico e dos recursos minerais de uma área de cerca de 3.000 Km quadrado, da Folha Itaboraí (SF-23-Z-B002DV), situada na região da baixada litorânea e parte da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro. Obs.: Vencido. Consultoria Jurídica aguarda posicionamento do Gestor do Contrato para ajustar a propositura da ação, se for o caso. (Última atualização em 28/02/2024).</p>	160	160
<p>Diretoria de Finanças da Marinha Vigência: 18/12/2019 a 23/12/2022 – Prorrogado: 23/12/2023 Objeto: Manutenção Anual do Navio de Pesquisa Hidroceanoográfico "Vital de Oliveira" e de seu parque de equipamentos científicos, bem como seu uso para a realização de levantamentos marinhos, necessários para cumprir objetivos dos projetos de exploração marinha da CPRM, nos programas REMPLAC E PROAREA. TED 36/CPRM/2019 – ED 699113</p>	2.000	2.000

NOTAS EXPLICATIVAS
 COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM
 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Obs.: Dentro do prazo de prestação de contas.

<p>Diretoria de Finanças da Marinha Vigência: 11/2020 a 11/2022 Objeto: Manutenção Anual do Navio de Pesquisa Hidroceanográfico "Vital de Oliveira" e de seu parque de equipamentos científicos, bem como seu uso para a realização de levantamentos marinhos, necessários para cumprir objetivos dos projetos de exploração marinha da CPRM, nos programas REPLAC E PROAREA. TED nº016/CPRM/2020(1AADBNN) Obs.: Vencido. Aguardando o Gestor emitir ateste de aprovação do objeto.</p>	1.689	1.689
<p>Universidade Federal de Pernambuco – UFPE Vigência: 10/11/2020 a 12/12/2022 Objeto: Análises químicas da água do mar para determinação dos principais nutrientes inorgânicos dissolvidos. Obs.: Baixa em setembro/2024, mediante aprovação da prestação de contas.</p>	-	153
<p>MB - Marinha do Brasil - Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha do Brasil Vigência: 26/08/2021 a 26/12/2022 Objeto: Manutenção do NPqHo "Vital de Oliveira" em especial de seus motores e demais equipamentos de operação. O repasse de créditos visa honrar com os compromissos no acordo de cooperação da governança do navio de pesquisa hidroceanográfico "NPQHO Vital de Oliveira" (Acordo/Convênio 015/CPRM/2018). Responsabilidade do SGB-CPRM nos programas Proarea e Remplac, bem como as obrigações assumidas junto à autoridade internacional dos fundos marinhos, descritas no contrato de exploração de crostas. TED 028/CPRM/2021(1AAFER) Obs.: Prestação de contas aprovada em 19/03/2024 (Fora do Prazo)</p>	-	8.059
<p>Centro de Tecnologia Mineral – CETEM / MCTI Vigência: 22/09/2021 a 22/10/2022 Objeto: Verificação da potencialidade dos calcários provenientes do litoral dos Estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba, por meio de duas amostras de cada estado, para aplicações comerciais na agricultura, papel, polímeros, corretivos de solos, indústria cosméticas, dentre outras. TED 033/CPRM/2021 Obs.: Prestação de contas aprovada em 05/04/2024 (Fora do prazo).</p>	-	116

<p>Universidade Federal do Rio Grande do Sul Vigência: 05/11/2021 a 05/11/2024 Objeto: Elaboração de estudos técnicos para análise e avaliação da eficácia, em relação a melhoria da qualidade dos recursos hídricos, das obras de recuperação ambiental das áreas degradadas pela mineração do carvão pertencentes ao passivo ambiental da extinta carbonífera Treviso S/A, sob responsabilidade da União, nos termos da Ação Civil Pública Nº 93.8000533-4. Neste Termo de Execução Descentralizada estão incluídas as áreas de Beluno, com 42,2 hectares, Ex-Patrimônio, com 26,0 hectares, e Rio Pio, com 117,81 hectares, localizadas nos municípios de Treviso e Siderópolis, SC. Obs.: Em andamento.</p>	1.104	1.104
<p>Universidade Federal de Lavras Vigência: 04/10/2021 a 04/10/2024 Objeto: Execução de projeto de pesquisa, capacitação, ciência de dados e inovação para a implementação de novas tecnologias voltadas para geologia e recursos minerais, gestão territorial, hidrologia e hidrogeologia, conforme estabelecido no inciso II, do Art.3º do Decreto nº 10.426, de 16 de Julho de 2020. Obs.: Em andamento.</p>	7.040	7.040
<p>Universidade Federal de Ouro Preto Vigência: 14/09/2021 a 14/12/2022 – Prorrogado: 31/12/2023 Objeto: Execução projeto na área de geologia e recursos minerais, com geração de base de dados isotópicos robusta e de domínio público sobre a província metalogenética do quadrilátero ferrífero, promovendo o intercâmbio técnico-científico entre as duas instituições. Obs.: Baixa em setembro/2024, mediante aprovação da prestação de contas.</p>	-	100
<p>Universidade Federal do Rio Grande do Rio Grande do Sul Vigência: 26/05/2022 a 30/11/2023 Objeto: Realização de Curso de Especialização em nível de pós-graduação lato sensu: Administração Pública no Século 21. Obs.: Baixa em julho/2024, mediante aprovação da prestação de contas.</p>	-	175
<p>Observatório Nacional – ON Vigência: 15/12/2022 a 15/12/2027 Objeto: Repasse de recurso financeiro para o Observatório Nacional (ON) para com o apoio de outras instituições de pesquisa do Brasil realizar a manutenção da Rede Sismográfica Brasileira (RSBR). Obs.: Em andamento.</p>	2.200	2.200
<p>Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) Vigência: 12/2022 a 12/2024 Objeto: Desenvolvimento de atividades que viabilizem a implantação de serviços de comunicação e colaboração, bem como infraestrutura de redes avançadas, integradas à RNP para uso pela CPRM. Obs.: Em andamento.</p>	-	2.365

NOTAS EXPLICATIVAS
 COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM
 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

<p>Fundação Escola Nacional de Adm. Pública – ENAP Vigência: 05/2023 a 12/2023 Objeto: Realização de ações de desenvolvimento de curta duração na modalidade remota voltadas aos servidores públicos indicados pela CPRM, com vistas a capacitar seu corpo técnico e gerencial. Obs.: Prestação de contas aprovada 01/04/2024.</p>	-	107
<p>Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN Vigência: 01/01/2023 a 31/12/2024 Objeto: Realização de ações conjuntas com o Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (CDTN) visando a execução das atividades do Projeto Avaliação do Potencial de Urânio no Brasil: Província Uranífera de Lagoa Real, no estado da Bahia. Obs.: Em andamento.</p>	147	75
<p>Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ Vigência: 09/08/2023 a 09/08/2025 Objeto: Repasse à UFRRJ para pagamento exclusivamente do valor das bolsas do quantitativo de Residentes (19) previstos no Acordo de Cooperação Técnica e Científica assinado entre a CPRM e a UFRRJ, para o desenvolvimento externo (na CPRM) do Programa de Residência de Iniciação Profissional em Ciências da Terra – RESIDÊNCIA SGB, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão da UFRRJ. Obs.: Em andamento.</p>	709	368
<p>Universidade Federal de Ouro Preto Vigência: 01/11/2023 a 31/12/2024 Objeto: Intercâmbio técnico-científico com objetivo de ampliar a qualidade e o alcance da divulgação dos produtos das instituições, em área de interesse mútuo, a Bacia do São Francisco. Obs.: Em andamento.</p>	90	-
<p>Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) Vigência: 12/2023 a 12/2024 Objeto: Implantação de serviços de comunicação e colaboração, segurança da informação, capacitação e infraestrutura de redes avançadas, integrados à RNP para uso pela CPRM. Obs.: Em andamento.</p>	2.538	-
<p>Universidade Federal de Ouro Preto Vigência: 08/08/2024 a 08/05/2025 Objeto: Intercâmbio técnico-científico com objetivo de ampliar a qualidade e o alcance da divulgação dos produtos das instituições, em área de interesse mútuo, a assinatura geoquímica (footprint) e morfológica do ouro em âmbito Nacional. Ademais, visa o avanço no conhecimento e na base de dados geológicos através da caracterização morfológica e microquímicos a ser realizada no Laboratório de Microscopia e Microanálises (LMic) do Departamento de Geologia (DEGEO) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Obs.: Em andamento.</p>	95	-
Total	19.631	28.325

Os recursos adiantados pela CPRM às outras entidades são contabilizados em conta de ativo circulante, representando um direito que será baixado após companhia aprovar a prestação de contas. Conforme legislação vigente (Decreto nº 10.426/2020), a prestação de contas deverá ser apresentada em até 120 (cento e vinte) dias contados da data do encerramento da vigência do convênio ou TED ou da conclusão do objeto, o que ocorrer primeiro e a companhia tem até 180 (cento e oitenta) dias para aprovação do referido relatório após seu recebimento.

10. Créditos a compensar de Convênios e TEDs

Referem-se a saldos de Convênios e Termos de Execução descentralizada – TED, que em contrapartida estão diferidos no passivo na conta Transferências Financeiras a Comprovar, relativos aos recursos recebidos de órgãos concedentes, cujas baixas são realizadas por ocasião da comprovação e aprovação da prestação de contas (vide nota 22).

	UG	SALDO
Escritório Central da ANP	323031	2.949
Agência Nacional de Águas	443003	63.455
Secretaria Nac. de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental	440202	1.045
Secretaria de Inovação, Desenv. Rural e IR	420013	1.120
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração	440001	168
Fundação Nacional de Saúde – DF	255000	52
Projeta Meta II/Secretaria Executiva	320072	9.484
Assessoria Especial de Comunicação Social – AESCOM	320076	4.047
Secretaria Nacional de Periferias	560025	5.000
Total		87.320

Prática Contábil

No momento do repasse dos recursos financeiros, na UG descentralizadora apropriado de forma automática no SIAFI o direito na conta Adiantamento – Termo Execução Descentralizada e na UG recebedora, é registrada a obrigação na conta Transferências Financeiras a Comprovar – TED.

Quando há a aprovação da prestação de contas, a obrigação é baixada também de forma automática no SIAFI, o que acarreta em registro de variação patrimonial aumentativa (receita), desta forma, buscando anular o impacto no resultado e preparar as Demonstrações Contábeis com informação útil para tomada de decisão, a Divisão de Contabilidade Geral vem realizando lançamentos no subgrupo de Créditos a compensar de Convênios e TEDs e, contrapartida no resultado.

11. Outros Créditos

Classificam-se neste grupo os demais valores a receber e outros créditos não relacionados a grupos do Ativo Circulante, tais como Prêmios de Seguros a Apropriar e Assinaturas e Anuidade a Apropriar, que são pagos antecipadamente e são apropriados pela competência, e Valores a Receber por GRU de Despesas Estornadas.

	09/2024	12/2023
Valores a receber por devolução por despesas estornadas	1.167	35
Prêmios de Seguros a apropriar	136	240
Total	1.303	275

12. Realizável a Longo Prazo

	09/2024	12/2023
Financiamentos concedidos¹	8.594	8.331
Outros créditos²	2.466	2.823
Total	11.060	11.154

¹Valores totais de R\$ 12.516 em 30 de setembro de 2024 e R\$ 12.145 em 31 de dezembro de 2023, deduzindo-se R\$ 3.922 e R\$ 3.814, respectivamente, relativos à Perdas estimadas com empréstimos/financiamentos concedidos, conforme detalhamento na Nota Explicativa nº 12.1.

²Valores totais de R\$ 5.241 em 30 de setembro de 2024 e R\$ 5.597 em 31 de dezembro de 2023, deduzindo-se R\$ 2.775, relativos a ajuste de perda para crédito de liquidação duvidosa, conforme detalhamento na Nota Explicativa nº 12.2.

Prática Contábil

No Ativo Realizável à Longo Prazo são registrados os valores que podem ser convertidos em dinheiro, cujo período de realização é maior do que um ano, nele estão registrados os Financiamentos Concedidos, sob o título de Pesquisa e Avaliação de Depósitos de Substâncias Minerais, evidenciando os valores de contratos de financiamentos com cláusula de risco celebrados com mineradoras privadas nacionais, conforme recursos dos Programas de incentivo do Governo Federal da época.

Também são registrados Outros Créditos, tais como contratos de Cessão de Direitos Minerais, Depósitos Judiciais e Depósitos para Recursos.

Os itens são demonstrados conforme valores históricos, corrigidos com juros e correção monetária e norteados por contratos específicos, além dos registros ajustando as possíveis perdas.

12.1. Financiamentos concedidos à Pesquisa Mineral

Os financiamentos são referentes ao Programa de Assistência Financeira à Pesquisa Mineral (PAFPM), do Governo Federal, que teve como objeto estimular os empresários brasileiros a se dedicarem ao ramo da mineração, oferecendo um sistema de financiamento adequado às

peculiaridades da prospecção mineral, e assumindo, juntamente com o empresário, os riscos inerentes à mesma.

Relação dos processos ativos no banco de dados da Agência Nacional de Mineração (ANM) com as respectivas classificações para riscos contratuais¹:

Processos	Empresas	Recuperação	Custo Corrigido	Perdas Estimadas	Total por Empresa
003.499/35	Exdibra Extr. Diamantes S/A.	Remoto	3.922	(3.922)	0
805.657/76	Belo Sun Min. Ltda.	Provável	8.593	0	8.593
805.658/76					
805.659/76					
812.559/76					
Total			12.425	(3.922)	8.593

¹Processo SEI nº 48086.004038/2022-07.

I - Belo Sun:

A companhia fechou acordo com a Belo Sun para o recebimento de R\$ 8.671.711,06 (oito milhões, seiscentos e setenta e um mil, setecentos e onze reais e seis centavos) da seguinte maneira:

- Primeira parcela de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), que foi paga em 10 de agosto de 2021;

- Segunda parcela no montante de R\$ 6.871.711,06 (corrigido pelo IPCA-E até a quitação) no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação no Diário Oficial da União de portaria de concessão de lavra outorgada no Processo ANM 805.657/1976. Ficou acordado que a Belo Sun deve notificar a companhia acerca da referida publicação. O valor corrigido desta parcela em 30 de setembro de 2024 é de R\$ 8.593.736,69.

II - Exdibra

A Consultoria Jurídica da companhia deu início às providências no sentido de formalizar seu ingresso como assistente nos autos da Ação de Execução nº 0929216-17.1900.4.02.5101 movida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), sendo considerada essa a estratégia recomendada (pela Consultoria Jurídica e o escritório que presta serviços jurídicos à companhia) para que haja a recuperação dos valores emprestados por meio do BNDES.

Prática Contábil

Os saldos líquidos referentes aos Financiamentos à Pesquisa Mineral registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo, foram atualizados com juros contratuais que variam de 3% a 7% a.a. no que se refere Exdibra Extratífera de Diamantes S/A e corrigidos pelo IPCA-E no que se refere à Belo Sun Mineração LTDA.

12.2. Outros créditos

	09/2024	12/2023
Crédito por concessão de direito de uso/exploração de bens	2.775	2.775
Perda Estimada com crédito de liquidação duvidosa	(2.775)	(2.775)
Depósitos Judiciais	2.087	2.263
Depósitos para interposição de recursos	176	357
Créditos a Receber por cessão de pessoal	203	203
Total	2.466	2.823

O valor registrado como "Crédito por concessão de direito de uso/exploração de bens" corresponde a um crédito a ser recebido da empresa Eucatex Mineral Ltda. em virtude da transferência de direitos minerais e são provenientes de pesquisas bem-sucedidas de "turfa" realizadas pela Companhia em uma área de 2.730 hectares do "Projeto Caçapava", localizada no Estado de São Paulo.

Tais pesquisas foram financiadas com recursos da União, provenientes do Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral (DL no 1.297/73 e DL no 1.387/75) e do Programa de Mobilização Energética e seus relatórios foram aprovados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), atualmente conhecido como Agência Nacional de Mineração (ANM).

Os valores registrados em "Depósitos Judiciais" são decorrentes de sentenças judiciais nas quais a companhia é obrigada a efetuar o pagamento como forma de proteção aos direitos envolvidos na ação e são liberados ao final da sentença.

Os "Depósitos para interposição de recursos" são pagamentos efetuados pela companhia de modo a garantir a apresentação de um recurso, caso haja necessidade, durante um processo judicial. Ele é usado como forma de evitar a interrupção do prazo para recorrer e de garantir a continuidade do processo.

Ambos os depósitos podem ser reavidos pela companhia em caso de decisão favorável ao final do processo judicial ou caso os valores depositados forem maiores do que o necessário na sentença final, situação na qual a diferença será devolvida à CPRM.

Os "Créditos a receber por cessão de pessoal", são valores que a CPRM tem direito de receber em virtude da cessão de empregados a órgão de outros entes federativos, conforme o inciso I, art. 18º, Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021, no caso concreto, são valores devidos pela Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, cujo processo judicial foi encerrado e até 30/09/2024, o precatório não foi disponibilizado à companhia.

Prática Contábil

Devido à incerteza quanto ao recebimento dos valores referentes à Eucatex, houve o reconhecimento de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa no montante do valor original.

13. Investimentos

	09/2024	12/2023
Ações de outras companhias e incentivos fiscais	5	5
Total	5	5

Prática Contábil

Os valores registrados em “Investimentos” correspondem a títulos de natureza permanente e ações avaliadas pelo método do custo. A CPRM não detém participação relevante em empresas controladas ou influência em sociedades coligadas ou participação de 20% ou mais em capital social de sociedades coligadas.

14. Imobilizado

14.1. Saldos do Imobilizado em 30 de setembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

Descrição	Custo até 31/12/2023	Depreciação Acumulada (31/12/2023)	Movimentações no Período	Depreciação do Período	Custo até 30/09/2024	Depreciação Acumulada (30/09/2024)	Saldo Líquido (30/09/2024)
Imóveis	79.483	(19.518)	21	(448)	79.504	(19.919)	59.585
Laboratórios	3.790	(875)	0	(37)	3.790	(917)	2.873
Aparelhos de medição e orientação	53.566	(40.916)	5.457	(2.056)	59.023	(41.966)	17.057
Aparelhos e equipamentos de comunicação	1.900	(1.765)	76	(52)	1.976	(1.797)	179
Equipamentos de operação	13.416	(9.975)	(778)	(390)	12.638	(9.660)	2.978
Mobiliário em geral	12.634	(10.201)	(959)	(305)	11.675	(10.217)	1.458
Instalações	10	(1)	(9)	-	1	(1)	-
Embarcações	691	(647)	11	(12)	702	(593)	109
Veículos	37.418	(26.686)	(1.074)	(2.021)	36.344	(25.065)	11.279
Equipamentos de áudio, vídeo e foto	3.280	(3.015)	852	(329)	4.132	(2.768)	1.364
Equipamentos de processamento de dados	42.464	(33.574)	5.881	(3.478)	48.345	(36.288)	12.057
Documentação, museus e objetos de arte	8.848	-	(1)	-	8.847	-	8.847
Imobilização em curso – bens móveis	-	-	36	-	36	-	36
Imobilização em curso – bens imóveis	2.249	-	-	-	2.249	-	2.249
Aparelhos e equipamentos para laboratórios	19.304	(15.693)	1.920	(630)	21.224	(16.263)	4.961
Máquinas e ferramentas de oficina	810	(733)	92	(15)	902	(734)	168
Total	279.863	(163.599)	11.525	(9.773)	291.388	(166.188)	125.200

Prática Contábil

Os itens do imobilizado são demonstrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos dos saldos acumulados da respectiva conta de depreciação acumulada (calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil dos bens em conformidade com

NOTAS EXPLICATIVAS
 COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM
 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

os limites estabelecidos no Decreto nº 9.580/2018 – RIR/2018) e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Em Imobilizações em Curso são contabilizados os gastos com materiais, mão-de-obra direta e indireta, outros gastos em obras em andamento, assim como as importações de bens móveis em andamento e bens móveis que ainda não estão aptos para uso ou que ainda não foram registrados no controle patrimonial que, quando concluídas, terão sua destinação voltada à expansão e/ou manutenção das atividades da empresa, ocasião em que serão reclassificadas para as contas específicas no imobilizado.

Os montantes pelos quais os bens patrimoniais estão reconhecidos depois da dedução de toda respectiva Depreciação Acumulada, asseguram que os bens patrimoniais estão registrados contabilmente por valores que não excedem seus valores de recuperação, não sendo necessário quaisquer ajustes.

As estimativas de vida útil e valor residual, assim como as respectivas taxas de depreciação dos ativos da CPRM, estão relacionados no quadro a seguir:

Bens do ativo imobilizado	Estimativa de vida útil ¹	Taxa de depreciação	Valor residual
Máquinas, equipamentos, móveis e utensílios em geral	Dez anos	10% a.a.	10%
Aparelhos de medição e orientação e equipamento utensílios médicos odonto, lab e hosp.	Quinze anos	6,67% a.a.	20%
Aparelhos e equipamentos de comunicação	Dez anos	10% a.a.	20%
Máquinas de natureza industrial	Vinte anos	5% a.a.	10%
Máquinas e equipamentos gráficos	Quinze anos	6,67% a.a.	10%
Equipamentos, peças e acessórios p/automóveis	Cinco anos	20% a.a.	10%
Equipamentos, peças e acessórios marítimos	Quinze anos	6,67% a.a.	10%
Equipamentos de processamento de dados	Cinco anos	20% a.a.	20%
Documentação, objetos de arte e peças para exposição	N/a	N/a	N/a
Veículos	Quinze anos	6.67% a.a.	30%
Embarcações	Vinte anos	5% a.a.	30%
Imóveis	Cinquenta anos	2% a.a.	Valor do terreno + 20% das edificações
Instalações	Dez anos	10% a.a.	N/a
Terrenos	N/a	N/a	Valor do terreno

¹ Relatório e Laudo Técnico de Avaliação Patrimonial (Processo SEI nº 48086.001612/2021-86)

15. Fornecedores e Contas a pagar

	09/2024	12/2023
Contas a pagar credores nacionais	3.074	4.410
Fornecedores nacionais	2.724	216
Total	5.798	4.626

Prática Contábil

São registrados nesse grupo, no momento do fato gerador, observando o Regime de Competência, as obrigações junto a fornecedores de bens ou serviços utilizados nas atividades operacionais e administrativas da Companhia, em conformidade com os procedimentos descritos na Macrofunção 021140 – Reconhecimento de Passivos do Manual SIAFI ou pelas liquidações executadas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

16. Tributos e Encargos Sociais a Pagar

	09/2024	12/2023
Tributos Renegociados a Curto Prazo	3.871	2.564
Tributos Renegociados a Longo Prazo	8.028	9.334
Encargos de INSS	5.726	5.955
FGTS	1.660	2.741
TAXAS	0	1
IRPJ a Recolher	6.074	5.670
CSLL a Recolher	0	141
ISS a Recolher	5	0
Total	25.364	26.406
Circulante	17.336	17.072
Não circulante	8.028	9.334

16.1. Tributos renegociados

Conforme relatório de Situação Fiscal de Tributos Federais, segue quadro resumo dos Processos referentes aos tributos renegociados:

Órgão	Situação	Processo	Cód. Receita	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Receita Federal do Brasil ¹	Parcelamento com exigibilidade suspensa	10166.408.400/2019-49	0220-IRPJ	2.564	4.843	7.407

NOTAS EXPLICATIVAS
COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	Inscrição com exigibilidade suspensa	PERT – MP 783/2017 – Art. 3 Inciso I	1734- IRPJ/CSLL	1.307	3.185	4.492
Total				3.871	8.028	11.899

¹O parcelamento junto à Receita Federal do Brasil está suspenso em função de sentença datada de 09/06/2020 nos autos do processo nº 1002685-79.2020.4.01.3400, que reconheceu a imunidade da companhia referente ao IRPJ.

Prática Contábil

A Companhia segrega em Curto Prazo e Longo Prazo os tributos renegociados junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e à Receita Federal do Brasil – RFB, de acordo com a sua exigibilidade, sendo em Curto Prazo aqueles que vencerão até o final do exercício subsequente e em Longo Prazo aqueles que vencerão após o final do exercício subsequente. Com relação ao Parcelamento junto à PGFN, no exercício de 2023, a CPRM antecipou as parcelas vincendas no exercício de 2024.

16.2. Encargos de INSS

Prática Contábil

Registra os valores relativos às contribuições à Previdência Social, incidentes sobre salários e remunerações pagos pela Companhia. Os saldos referem-se a apropriações realizadas ao fim do período de reporte que serão pagas no mês subsequente.

16.3. Encargos de FGTS

Prática Contábil

Registra os valores dos encargos sociais a recolher referentes ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, apropriados ao fim do período de reporte que serão pagas no mês subsequente.

16.4. IRPJ a recolher

Registra os valores de imposto de renda pessoa jurídica apurados em conformidade com a sistemática de apuração Trimestral do Lucro Real nos anos de 2021, 2022 e 2023 que não foram recolhidos em função da sentença datada em 09/06/2020 (fls.115 a 124) – Imunidade Recíproca, IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, Suspensão da Exigibilidade, Cadastro de Inadimplentes - CADIN, nos autos do processo nº 1002685-79.2020.4.01.3400.

Esses valores são atualizados mensalmente pela Selic até o trânsito julgado da ação.

16.5. ISS a recolher

Registra o valor do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza devido sobre os serviços prestados pela CPRM, que será pago após o fim do período de reporte.

17. Obrigações Tributárias a Recolher - Retenções

São registradas as retenções tributárias sobre contas a pagar e folha de pagamento em que a companhia é responsável pelo recolhimento.

	09/2024	12/2023 Reapresentado*
IRRF devido ao Tesouro Nacional	8.155	5.550
INSS	1.586	1.573
Impostos e Contribuições diversos devidos a Tesouro Nacional	1.325	2.236
ISS	147	79
Total	11.213	9.438

*Vide nota explicativa 3

17.1. IRRF devido ao Tesouro Nacional

Registra os valores de retenções na fonte relativas ao imposto sobre a renda efetuadas pela CPRM, referentes aos pagamentos ou valores creditados a terceiros ou empregados, que estão sujeitos à retenção desse tributo.

O aumento se explica em função de IRRF sobre o pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividades Geocientíficas (GDAG) para os empregados da CPRM.

17.2. INSS

Registra o valor das retenções efetuadas pela companhia sobre pagamentos de empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou de serviços de terceiros, a ser recolhido ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social - FRGPS.

17.3. Impostos e Contribuições diversos Devidos ao Tesouro Nacional

Registra os valores referentes às retenções sobre pagamentos efetuadas pela companhia, relativos a impostos e contribuições diversos (PIS/COFINS/CSLL, entre outros), principalmente em atendimento à Instrução Normativa RFB nº Lei 1.234/2012.

17.4. ISS

Registra os valores referentes às retenções sobre pagamentos de serviços efetuadas pela companhia, relativos ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN ou simplesmente ISS.

18. Férias e 13º Salário a Pagar

	09/2024	12/2023
Férias a pagar	55.185	52.533
13º Salário a pagar	16.897	0
Total	72.082	52.533

Prática Contábil

A Companhia registra as Férias e o 13º Salário pela Competência com base nos direitos adquiridos por seus empregados até a data do balanço, na proporção mensal de 1/12 (um, doze avos) sobre a folha de pagamento.

O saldo de 13º Salário a pagar, conforme Macrofunção SIAFI 021142 – Folha de Pagamento, apresenta o valor a pagar descontado dos adiantamentos de 13º efetuados.

19. Provisão para Contingências

	09/2024	12/2023
Responsabilidade civil	460	370
Ações trabalhistas	876	876
Total	1.336	1.246

Prática Contábil

A Provisão para Contingências foi constituída com base em expectativas de perdas futuras, de acordo com os riscos prováveis apontados pela Consultoria Jurídica da companhia.

20. Contas e Despesas a pagar

	09/2024	12/2023 Reapresentado*
Salários, remunerações e benefícios	14.871	14.585
Planos de previdência e assistência médica	1.144	1.047
Retenções sindicatos, associações e cooperativas	24	13
Retenções planos de seguros	152	154
Retenções – empréstimos e financiamentos	1.228	1.281
Outras contas a pagar	185	70
Total	17.604	17.150

*Vide nota explicativa 3

20.1. Salários, Remunerações e Benefícios

Registra as obrigações líquidas referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado tenha direito.

20.2. Planos de Previdência e Assistência Médica

Registra os descontos efetuados em folhas de pagamento do pessoal para posterior recolhimento a favor de instituições de Previdência e Assistência Médica.

20.3. Retenções Sindicatos e Associações

Registra os valores das consignações retidos pela entidade, ou entregues a essa, para recolhimentos aos respectivos Sindicatos.

20.4. Retenções Planos de Seguros

Registra os valores das retenções efetuadas em folha de pagamento referentes às contribuições a planos de seguro de vida em grupo.

20.5. Retenções – Empréstimos e Financiamentos

Registra os valores das retenções efetuadas em folha de pagamento dos servidores referentes a empréstimos e financiamentos concedidos por terceiros (consignações), bem como retenções de parcelas de consórcios e segurados do INSS.

20.6. Outras contas a pagar

Registra os valores de Benefícios previdenciários, Benefícios assistenciais a pagar, retenções a fornecedores de vale refeição, pensões alimentícias retidas de empregados e Fatura Cartão de pagamento do Governo Federal.

21. Convênios com Entidades Diversas

	09/2024	12/2023
Escritório Central da Agência Nacional de Petróleo – ANP TED 689666 Vigência: 20/02/15 a 20/02/2025 Objeto: Rateio das despesas de administração da CPRM e ANP no prédio situado na av. Pasteur, nº 404, onde está instalado o BDEP. Obs.: Em andamento.	12	-
Assessoria Especial de Comunicação Social / MME TED 944188 Vigência: 18/07/2023 a 10/03/2024 (Prorrogada até 10/09/2024) Objeto: Ampliação do conhecimento à sociedade brasileira, por meio do alinhamento entre as ações do SGB e do MME sobre as políticas públicas e ações do Governo Federal em relação ao setor de promoção de recursos minerais, hídricos e de energia do país. Obs.: Dentro do prazo para prestação de contas.	25	1.631

<p>Agência Nacional de Águas – ANA TED 936584 Vigência: 01/01/2023 a 30/06/2024 Objeto: Manutenção e operação de cerca de 3.500 (três mil e quinhentas) estações de monitoramento que representam aproximadamente 80% da Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN); implantação e operação da Rede Hidrometeorológica Nacional de Referência (RHNR); operação de estações piezométricas em Sistemas Aquíferos de bacias brasileiras; manutenção de rede sismográfica; bem como análise preliminar dos dados; capacitação técnica dos profissionais envolvidos nas atividades de campo e de escritório; e, estudos e pesquisas de interesse das instituições; durante o período de janeiro a dezembro de 2023. Obs.: Dentro do prazo para prestação de contas.</p>	- 574
<p>Agência Nacional de Águas – ANA TED 955080 Vigência: 01/01/2024 a 30/06/2025 Objeto: Manutenção e operação de cerca de 3.500 (três mil e quinhentas) estações de monitoramento que representam aproximadamente 80% da Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN); implantação e operação da Rede Hidrometeorológica Nacional de Referência (RHNR); operação de estações piezométricas em sistemas aquíferos de bacias brasileiras; bem como análise preliminar dos dados; capacitação técnica dos profissionais envolvidos nas atividades de campo e de escritório; e, estudos e pesquisas de interesse das instituições; durante o período de janeiro a dezembro de 2024. Obs.: Em andamento.</p>	1.729 -
<p>Fundação Nacional de Saúde – DF – FUNASA Vigência: 22/11/2021 a 22/11/2024 040/CPRM/2021 – 1AAGLH Objeto: analisar processos de convênios celebrados pela Funasa, com prefeituras e/ou governo estadual, que envolvam, exclusivamente, sistemas de abastecimento de água por meio de captação subterrânea com a execução de poços tubulares profundos. Obs.: Em andamento.</p>	- -
<p>Ministério de Minas e Energia Vigência: 22/12/2023 a 22/12/2024 042/CPRM/2022 – 925487 Objeto: Conclusão do objeto remanescente do TED nº 10/2022, por meio da viabilização jurídica para pagamento aos adjudicatários dos itens contratados em decorrência dos Pregões Eletrônicos nº 003/2022 - SERAFIBR (item nº 1) e nº 012/2022 - SERAFI-BR (item único), realizados durante a vigência do instrumento, mas cujas entregas e ateste ultrapassaram sua data de encerramento. Obs.: Em andamento.</p>	- 213

<p>Ministério do Meio Ambiente TED 945868 Vigência: 18/09/2023 a 18/03/2025 Objeto: Perfuração de poço tubular para completar a rede de monitoramento ambiental dos recursos hídricos subterrâneos da área afetada pela mineração do carvão, a fim de subsidiar o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas na bacia carbonífera de Santa Catarina. Obs.: Em andamento.</p>	550	-
<p>Ministério do Meio Ambiente TED 955676 Vigência: 19/02/2024 a 19/03/2025 Objeto: Operação da rede de monitoramento ambiental dos recursos hídricos subterrâneos, superficiais e bocas de mina na área afetada pela mineração do carvão na Bacia Carbonífera de Santa Catarina, a fim de subsidiar os relatórios de indicadores ambientais elaborado pelo Grupo Técnico de Assessoramento à execução da sentença (GTA). Obs.: Em andamento.</p>	160	-
<p>Ministério das Cidades TED 958507 Vigência: 01/07/2024 a 31/12/2026 Objeto: Operação da rede de monitoramento ambiental dos recursos hídricos subterrâneos, superficiais e bocas de mina na área afetada pela mineração do carvão na Bacia Carbonífera de Santa Catarina, a fim de subsidiar os relatórios de indicadores ambientais elaborado pelo Grupo Técnico de Assessoramento à execução da sentença (GTA). Obs.: Em andamento.</p>	4.883	-
<p>Centro de Serviços Compartilhados – Ministério de Gestão e da Inovação TED 144/2024 - CPRM Vigência: 13/08/2024 a 13/08/2026 Objeto: Implementar um termo de execução descentralizado para recuperar e mitigar o patrimônio documental do governo executivo federal afetado pelas enchentes, garantindo a preservação e a restauração eficaz dos registros históricos e administrativos essenciais para a continuidade das operações governamentais. Obs.: Em andamento.</p>	175	-
Total	7.534	2.418

Prática Contábil

Os recursos recebidos de convênios com entidades diversas com ou sem destaques orçamentários são contabilizados em conta do Passivo Circulante e sua exigibilidade é apurada mensalmente após a aplicação desses recursos.

22. Transferências Financeiras a Comprovar

Nº TED/Convênio	Entidade Repassadora	Objeto
ED 689666	AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO	Rateio das despesas de administração da CPRM e ANP no prédio situado na Avenida Pasteur, 404, onde está instalado o Bdep.
ED 694925	AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS	Elaboração dos projetos pilotos de gestão integrada de águas superficiais e subterrâneas nas bacias rios Carinhanha E Verde Grande (BA/MG).
ED 698222	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	Monitoramento da recuperação ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina.
ED 936584	AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS	Manutenção e operação de cerca de 3.500 (três mil e quinhentas) estações de monitoramento que representam aproximadamente 80% da Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN); implantação e operação da Rede Hidrometeorológica Nacional de Referência (RHNR); operação de estações piezométricas em sistemas aquíferos de bacias brasileiras; manutenção de rede sísmográfica; bem como análise preliminar dos dados; capacitação técnica dos profissionais envolvidos nas atividades de campo e de escritório; e, estudos e pesquisas de interesse das instituições; durante o período de janeiro a dezembro de 2023.
ED 1AADOT	SECRETARIA DE INOVAÇÕES, DESENVOLVIMENTO RURAL E IRRIGAÇÃO	Implementação, em ambiente Webgis, da Fase 2 da Plataforma Tecnológica do PRONASOLOS – composta dos módulos: governança e gestão (Sala de Situação e Controle); ambiente de execução e aperfeiçoamento dos módulos dos portais de dados e do conhecimento.
ED 944188	MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	Ampliação do conhecimento à sociedade brasileira, por meio do alinhamento entre as ações de comunicação do SGB e do MME sobre as políticas públicas e ações do Governo Federal em relação ao setor de promoção de recursos minerais, hídricos e de energia do país. Desta forma, a parceria vai potencializar a disseminação do conhecimento geocientífico com excelência, contribuindo para melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento sustentável do Brasil, além de dar conhecimento à sociedade, nos âmbitos regional, nacional e internacional, e demais informações, considerando a necessidade de diálogo do Governo Federal com os públicos diversos.
ED 1AAGLH	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – DF	Analisar processos de convênios celebrados pela FUNASA, com prefeitura e/ou governo estadual, que envolvam, exclusivamente, sistemas de abastecimento de água por meio de captação subterrânea com a execução de profundos.
ED 925970	MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	O subprojeto “Ampliação da Base Laboratorial do Serviço Geológico do Brasil/CPRM - aquisição de equipamentos de análises químicas e geoquímicas para o Laboratório de Análises Minerais - Rede Lamin” tem por objeto a aquisição de 10 (dez) instrumentos analíticos, que permitirão modernos estudos laboratoriais, seja substituindo equipamentos que estão

NOTAS EXPLICATIVAS
 COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM
 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

		<p>prestes a entrar em obsolescência, seja introduzindo novas metodologias analíticas, para recompor a infraestrutura existente na rede Lamin da CPRM, que opera desde 2012 sem renovação de seus equipamentos, bem como ampliar a base laboratorial da CPRM.</p>
ED 952487	MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	<p>Conclusão do objeto remanescente do TED nº 10/2022, por meio da viabilização jurídica para pagamento aos adjudicatários dos itens contratados em decorrência dos pregões eletrônicos nº 003/2022 - SERAFI-BR (item nº 1) e nº 012/2022 - SERAFI-BR (item único), realizados durante a vigência do instrumento, mas cujas entregas e ateste ultrapassaram sua data de encerramento.</p>
ED 945868	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	<p>Perfuração de poço tubular para completar a rede de monitoramento ambiental dos recursos hídricos subterrâneos da área afetada pela mineração do carvão, a fim de subsidiar o programa de recuperação de áreas degradadas na Bacia Carbonífera de Santa Catarina.</p>
ED 955676	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	<p>Operação da rede de monitoramento ambiental dos recursos hídricos subterrâneos, superficiais e bocas de mina na área afetada pela mineração do carvão na Bacia Carbonífera de Santa Catarina, a fim de subsidiar os relatórios de indicadores ambientais elaborado pelo Grupo Técnico de Assessoramento à execução da sentença (GTA).</p>
ED 958507	MINISTÉRIO DAS CIDADES	<p>A elaboração dos PMRR; constituição da equipe técnica, onde a equipe principal do SGB/CPRM deve conter os seguintes perfis técnicos, além do coordenador geral: geólogo, com experiência em mapeamento de risco geológico e hidrológico; engenheiro civil/geotécnico, com experiência na proposição de intervenções estruturais e composição de custos; profissional de comunicação social/assistente social/sociólogo, com experiência em atividades participativas e percepção de risco junto às comunidades em situação de risco; realização de reuniões técnicas para alinhamento metodológico entre a equipe, garantindo qualidade e uniformidade dos produtos gerados; elaboração do cronograma de atividades.</p>
ED 955080	AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS	<p>Manutenção e operação de cerca de 3.500 (três mil e quinhentas) estações de monitoramento que representam aproximadamente 80% da Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN); implantação e operação da Rede Hidrometeorológica Nacional de Referência (RHNR); operação de estações piezométricas em sistemas aquíferos de bacias brasileiras; bem como análise preliminar dos dados; capacitação técnica dos profissionais envolvidos nas atividades de campo e de escritório; e, estudos e pesquisas de interesse das instituições; durante o período de janeiro a dezembro de 2024.</p>

NOTAS EXPLICATIVAS
 COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM
 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Nº TED/Convênio	Saldo	Valor total do TED/Convênio	(%) recebido
ED 689666	2.949	6.418	46%
ED 694925	5.660	5.983	95%
ED 698222	168	218	77%
ED 936584	35.275	35.586	91%
ED 1AADOT	1.120	1.120	100%
ED 944188	4.047	6.177	66%
ED 1AAGLH	51	275	19%
ED 925970	5.846	10.530	56%
ED 952487	3.638	3.638	100%
ED 945868	550	550	100%
ED 955676	495	495	100%
ED 958507	5.000	7.500	67%
ED 955080	22.521	42.227	53%
	87.320		

A seguir quadro comparativos dos saldos em 30 de setembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

	09/2024	12/2023
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A COMPENSAR	87.320	83.850

Prática Contábil

Os valores registrados nessa conta referem-se a recursos de convênios que a CPRM recebeu dos órgãos concedentes para desempenhar atividades visando um objetivo comum, que ainda estão pendentes de prestação de contas. No órgão concedente, tais recursos fazem parte de seus respectivos ativos e uma vez que a prestação de contas esteja aprovada, haverá a baixa do ativo no órgão concedente e da obrigação da CPRM.

23. Credores Diversos

Classificam-se neste grupo os demais valores a pagar do Passivo Circulante, tais como Contribuição a Entidades de Previdência Privada, Diárias a Pagar, Depósitos e Cauções Recebidos, Depósitos Retidos de Fornecedores, Indenizações, Restituições e Compensações e outros.

	09/2024	12/2023
Contribuição a entidades de previdência privada	896	852
Diárias a pagar	710	307
Depósitos e cauções recebidos	251	236
Indenizações, restituições e compensações.	20	25
Outros credores	171	9
Total	2.048	1.429

23.1. Contribuição a Entidades de Previdência Privada

Registra os valores dos encargos sociais a recolher representados pela Contribuição Patronal a Entidades fechadas de Previdência Privada.

23.2. Diárias a pagar

Registra os valores relativos as diárias a pagar para os empregados em viagem a serviço da companhia.

A variação se explica pelo incremento de atividades neste exercício em relação ao final do exercício anterior.

23.3. Depósitos e Cauções recebidos

Registra os valores que a companhia recebeu a título de depósitos e/ou cauções vinculados a contratos ou outros instrumentos, com fins de garantias de operações específicas e que deverão ser devolvidos ao contratado ao fim do instrumento contratual.

23.4. Indenizações, Restituições e Compensações

Registra as obrigações relativas a indenizações, restituições e compensações.

23.5. Outros Credores

Registra os valores relativos à Guia de Recolhimento da União - GRU para estorno de despesas e ordens bancárias canceladas, que não foram processadas até o final do período de reporte.

24. Demais obrigações a longo prazo

	09/2024	12/2023 Reapresentado*
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL – AFAC	36.985	29.452
BENS RECEBIDOS EM COMODATO	1.274	1.274

*Vide nota explicativa 3

24.1. AFAC

Referem-se aos recebimentos de recursos provenientes da União, para as operações de investimentos da Companhia, em conformidade com a Macrofunção SIAFI nº 021122 – Participação da União no Capital das Empresas e Nota Conjunta nº 013/2013/CCONT/COPAR/COFIN/STN.

Visando atender o voto do controlador (União) na Assembleia Geral Ordinária de 2022, a companhia, a partir do 2º Trimestre de 2023, passou a receber do ministério vinculado

(Ministério de Minas e Energia) recursos destinados para aumento de sua capacidade operacional como o AFAC.

24.2. Bens recebidos em comodato

Registram os bens que a CPRM recebeu a título de cessão não onerosa com prazo determinado para devolução:

- Parte do imóvel localizado na Avenida Alexandrino de Alencar, 1.402, Bairro Tirol, Natal/RN. O referido imóvel foi cedido pela UNIÃO e se destina à instalação e funcionamento do Núcleo de Natal (NANA) pelo prazo de 20 anos a partir de 29/11/2021, podendo ser prorrogado por interesse da UNIÃO e CPRM.

25. Capital Social

A composição acionária da companhia em 30 de junho de 2024 apresenta a seguinte distribuição:

	Ações ordinárias	%	Ações preferenciais	%	Total de ações	%
União Federal	2.580.626	98	288.963	92	2.869.589	97
Fazenda do Estado do Amazonas	-	-	1.169	-	1.169	-
Fazenda do Estado de São Paulo	28.073	1	18.715	6	46.788	2
Cia. Energética de Alagoas	116	-	116	-	232	-
Centrais Elétricas Brasileira – Eletrobrás	6.015	-	6.015	2	12.030	-
Petróleo Brasileiro S/A	12.031	1	-	-	12.031	1
Banco Central do Brasil	1.202	-	-	-	1.202	-
Centrais Elétricas Norte do Brasil	-	-	233	-	233	-
Indústrias Nucleares do Brasil	23	-	-	-	23	-
Cia. Mineradora Minas Gerais S/A	200	-	-	-	200	-
Cia. Paranaense De Energia – Copel	674	-	594	-	1.268	-
Cia. Estadual Energia Elétrica – CEEE	467	-	-	-	467	-
Cia. Rio-Grandense Saneamento - Corsan	233	-	-	-	233	-
Metais De Goiás S/A - Metago	584	-	116	-	700	-
Cia. Energética de São Paulo – Cesp	467	-	701	-	1.168	-
Cia. Rio-Grandense de Mineração	39	-	-	-	39	-
Cia. Matogrossense de Mineração - Metamat	400	-	-	-	400	-
Amazonas Distribuidora de Energia S/A	-	-	400	-	400	-
Total	2.631.150	100	317.022	100	2.948.172	100

Prática Contábil

O valor do Capital Social da companhia, totalmente integralizado, é de R\$ 30.148, representado por 2.948.172 ações, sendo 2.631.150 ações ordinárias e 317.022 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. A participação da União após o processo de indenização de acionistas pessoas físicas e pessoas jurídicas de natureza exclusivamente privada iniciado em novembro de 2000 alcançou o percentual de 97,33%,

ficando o restante de 2,67% em poder de pessoas jurídicas de direito público interno e entidades da administração indireta da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme preceitua o seu Estatuto.

26. Reservas de Reavaliação

	09/2024	12/2023
Terreno	13.006	13.006
Imóvel	7.125	7.265
Total	20.131	20.271

Prática Contábil

As reservas de reavaliação foram constituídas antes do advento da Lei nº 11.638/2007 com base nas regras do Sistema Público de Gerenciamento dos Imóveis do Governo Federal - SPIUnet e norma específica. Os saldos remanescentes são transferidos para prejuízos acumulados na proporção em que os imóveis objetos das reavaliações são realizados por meio da depreciação. É importante destacar que a Lei nº 11.638/2007 proíbe a constituição de novas reservas, permitindo apenas a realização dos saldos que constam no Patrimônio Líquido.

A Companhia realizou parte dos valores registrados como Reservas de Reavaliação de seus imóveis de uso especial localizados nas Unidades Regionais do Rio de Janeiro e Goiânia, conforme lançamentos históricos e compulsórios feitos pelo SPIUnet, com exceção dos valores dos terrenos que não são depreciáveis.

O prazo máximo estimado, após os ajustes de vida útil e valor residual, recomendados pelo Laudo de Avaliação Patrimonial, para a total reversão da Reserva de Reavaliação do imóvel no ERJ é de 6 anos e 4 meses e para o imóvel de GO é de 32 anos.

27. Resultado Acumulado

Nesta conta são registrados os resultados acumulados (do exercício e de exercícios anteriores) da Companhia:

	09/2024	12/2023
		Reapresentado*
Resultados do exercício	(12.703)	(5.619)
Resultados acumulados de exercícios anteriores	(6.729)	(2.523)
Ajustes de exercícios anteriores	(1.274)	0
Total	(20.706)	(8.142)

28. Receita Líquida de Serviços

As receitas referem-se, principalmente, às atividades de análise oficial da água das fontes (estudos *in loco*) de água mineral, termal, gasosa, potável de mesa ou destinada a fins balneários, na pesquisa, lavra e reavaliação de reserva, análise esta que apenas a rede de Laboratórios de Análise Mineral - Lamin/CPRM é autorizada a realizar, conforme artigo 4º da Portaria 819/2018 ANM/MME em conjunto com o Código de Águas Minerais (Decreto-Lei nº 7.841, de 08 de agosto de 1945), o Código de Mineração (Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967) e seu Regulamento (Decreto nº 9.406, de 12 de junho de 2018).

	09/2024	09/2023
Receita líquida de serviços	2.024	1.573
Total	2.024	1.573

Prática Contábil

A Receita Líquida de Serviços é apurada pela dedução dos Tributos Incidentes sobre a Receita Bruta de Serviços provenientes da atividade fim da Companhia, conforme legislação tributária específica.

29. Custo dos Serviços Prestados

	09/2024	09/2023
Custos dos serviços prestados	(978)	(999)
Total	(978)	(999)

Prática Contábil

Os custos dos serviços prestados pela Companhia são relativos aos gastos necessários para a realização dos estudos *in loco*, tais como mão de obra e materiais aplicados.

A apuração desses custos é feita com base nas informações geradas pelo Sistema de Informação de Custos do Governo Federal – SIC, de acordo com a avaliação dos centros de custos, pelas áreas que prestam o serviço.

30. Recursos da União para Operações e Investimentos

A CPRM, na condição de estatal dependente, faz parte do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União e, portanto, recebe do Tesouro Nacional recursos para custeio de suas atividades, pagamentos relativos à Folha de Pessoal, seus encargos e benefícios, dívidas, demandas judiciais e despesas de capital, devendo atender aos requisitos da Lei 4.320/64, no que concerne a execução orçamentária e financeira.

	09/2024	09/2023
Recursos referentes ao orçamento corrente	453.346	397.805
Recursos referentes a restos a pagar	34.777	54.279
Total	488.123	452.084

Prática Contábil

Os recebimentos são segregados entre recursos financeiros referentes ao Orçamento do Exercício Corrente e os referentes aos pagamentos de Restos a Pagar, que são empenhos emitidos em exercícios anteriores que não puderam ser pagos à época de sua respectiva emissão.

31. Despesas e Receitas Operacionais

	09/2024	09/2023
Despesas com pessoal	(270.518)	(243.061)
Encargos sociais	(90.504)	(60.862)
Benefícios a empregados	(2.157)	(1.443)
Plano de previdência complementar	(8.862)	(7.671)
Locação e aquisição	(558)	(675)
Depreciação e amortização	(9.629)	(8.885)
Despesas tributárias	(105)	(1.224)
Serviços de comunicação	(1.054)	(880)
Manutenção	(3.266)	(4.682)
Serviços públicos	(3.087)	(2.638)
Serviços profissionais contratados	(80.048)	(75.426)
Materiais	(6.392)	(4.440)
Resultado com ações judiciais	(2.705)	(1.889)
Outras despesas/receitas	(19.777)	(44.014)
Total	(498.662)	(457.790)

Prática Contábil

O registro das despesas atende as classificações e os estágios da Execução da Despesa e do Orçamento Público. O referido registro, é composto pelos lançamentos das despesas patrimoniais, depreciações, provisões, perdas, entre outras.

32. Despesas e Receitas Financeiras

Representam variações monetárias, variações cambiais, juros ativos e passivos.

	09/2024	09/2023
Despesas financeiras	(3.581)	(1.586)
Receitas financeiras	371	477
Total	(3.210)	(1.109)

A variação nas despesas financeiras explica-se em função dos registros de correção pela Taxa Selic dos recursos recebidos para AFAC, que passaram a ser recebidos a partir de abril de 2023, enquanto não capitalizados, em atendimento à Macrofunção SIAFI nº 021122 –

Participação da União no Capital das Empresas e Nota Conjunta nº 013/2013/CCONT/COPAR/COFIN/STN.

33. Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia, conforme estabelecido pela legislação fiscal para o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e para a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) - Lucro Real/Trimestral, apurou prejuízo fiscal no terceiro trimestre de 2024 e de 2023, não ensejando IRPJ ou CSLL a pagar. O valor de CSLL apresentado na Demonstração do Resultado para o período acumulado entre janeiro a setembro de 2023 refere-se ao apurado no 1º Trimestre/2023.

34. Resultado Líquido do Período

O resultado apurado em 30 de setembro de 2024, em comparação com o resultado apurado em 30 de setembro de 2023, foi influenciado, principalmente, pelo aumento das despesas com pessoal e encargos sociais.

Prática Contábil

O resultado é apurado segundo o Regime de Competência consignado no Art. 177 da Lei nº 6.404/1976, a partir do confronto das Receitas e Despesas e é evidenciado na Demonstração do Resultado, de acordo com registros expressos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

35. Remuneração de Dirigentes e Empregados

Qtd.		Maior	Menor	Média
05	Dirigentes*	R\$ 30.243,50	R\$ 30.243,50	R\$ 30.243,50
1.685	Empregados	R\$ 22.599,44	R\$ 2.193,83	R\$ 9.595,95

*Não estão incluídos os Conselheiros

36. Cobertura de Seguro

Os seguros são contratados por valores considerados suficientes para cobrir eventuais riscos ou perdas sobre bens móveis, imóveis e almoxarifado, conforme apólice nº: 3038000005196, cuja vigência teve início às 24 horas do dia 07/01/2024 e término às 24 horas do dia 07/01/2025, firmada por meio do Contrato nº 002/PR/2021 (Processo SEI nº 48086.001751/2020-29), junto à MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, prorrogado pelo Terceiro Termo Aditivo (Processo SEI nº 48086.007156/2023-40). A cobertura (valores segurados) perfazem um total de R\$145.320.332,00, sendo R\$138.320.331,94 referentes à Danos Materiais sendo Incêndio, Queda de Raio e Explosão, R\$ 5.000.000,00 referentes a Danos Elétricos e R\$ 2.000.000,00 referentes a Responsabilidade Civil. O prêmio total pago foi de R\$ 79.214,96.

Os seguros contratados dos bens móveis (veículos) foram realizados pela apólice nº 0531 86 2876967, cuja vigência teve início às 24 horas do dia 01/12/2023 e término às 24 horas do dia 01/12/2024, firmada por meio do Contrato nº 078/PR/2020 (Processo SEI nº 48086.001070/2020-61) junto a PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS. O prêmio total pago foi de R\$ 234.036,05 para um total de 233 veículos.

37. Ativos e Passivos Contingentes

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes levam em consideração os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis da seguinte maneira:

- I- Ativos Contingentes: São divulgados quando é provável a entrada de recursos econômicos, mas não é praticamente certa. Quando a entrada de recursos econômicos não é provável nenhuma divulgação é exigida;
- II- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo atualizados até a data das demonstrações financeiras. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa. Os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Segundo a classificação de riscos de perdas avaliados pela Consultoria Jurídica da Companhia em ações nas quais a CPRM figura no polo ativo ou no polo passivo, são apresentados a seguir os ativos e passivos contingentes:

a) Ações em que a Companhia figura no Polo Ativo – Ativos Contingentes (ganhos prováveis):

TIPO DE AÇÃO	VALOR ESTIMADO
Ações de responsabilidade civil	505
Ações tributárias	7.153
Total	7.658

As ações tributárias foram ingressadas em função da tese jurídica de que a companhia, por ser empresa estatal dependente do Tesouro Nacional, que presta serviços essenciais, exclusivos e outorgados pela própria União, tem direito à imunidade tributária recíproca prevista no artigo 150, VI, “a”, da Constituição Federal decorrentes de impostos sobre o patrimônio, a renda ou os serviços.

-Destaques:

Ação Declaratória (declarar o direito da Companhia à imunidade tributária recíproca prevista no artigo 150, VI, “a”, da Constituição Federal decorrentes de impostos sobre o patrimônio, a renda ou os serviços da Autora) - Repetição de Indébito (IRPJ) - Sentença Procedente, em sede de apelação, concluso para decisão;

A Companhia tem decisões favoráveis suspendendo cobrança de ISS em função do reconhecimento Imunidade Tributária Recíproca (com repetição de indébito) nos municípios de Joinville/SC, Porto Alegre/RS, Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP. Além de repetição de indébito de IPTU no município de Salvador/BA.

b) Ações em que a Companhia figura no Polo Passivo – Passivos Contingentes (perdas possíveis):

TIPO DE AÇÃO	VALOR ESTIMADO
Ações de responsabilidade civil	4.041
Ações trabalhistas	7.764
Total	11.805

As ações trabalhistas classificadas como possíveis de perdas são referentes às discussões sobre, por ordem quantidade, adicional de insalubridade, diferenças salariais, gratificação, incorporação e desvio de funções, entre outros.

38. Conciliação entre o balanço publicado e o balanço do SIAFI

Em atendimento ao item 15 do Acórdão nº 2016/2006 do TCU, de 01.11.2006, a Companhia apresenta, anualmente, por ocasião do Encerramento do Exercício a conciliação entre o Balanço publicado pela Lei nº 6.404/76 e o obtido via Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI. A seguir são apresentadas as diferenças apuradas, com as respectivas justificativas, entre o Balanço publicado no SIAFI e o Balanço em conformidade com a Lei 6.404/76:

	LEI Nº 6.404/76	BALANÇO DO SIAFI	DIFERENÇAS
Ativo Circulante	161.867	161.867	-
Ativo Não Circulante	136.265	136.265	-
Total do Ativo	298.132	298.132	-
Passivo Circulante	222.271	222.271	-
Passivo Não Circulante	46.288	46.288	-
Patrimônio Líquido	29.573	29.573	-
Total do Passivo	298.132	298.132	-

39. Autorização para emissão das Demonstrações Contábeis

A emissão das Demonstrações Contábeis referentes ao 3º Trimestre de 2024 foi autorizada pela Administração da entidade em 13 de janeiro de 2025 e, até esta data, a Administração não teve conhecimentos de evento que pudesse ter efeitos relevantes sobre as Demonstrações Contábeis do período de reporte.

Diretoria Executiva

Inácio Cavalcante Melo Neto
Diretor Presidente

Cassiano de Souza Alves
Diretor de Administração e Finanças

Alice Silva de Castilho
Diretora de Hidrologia e Gestão Territorial

Paulo Afonso Romano
Diretor de Infraestrutura Geocientífica (até agosto/2024)

Sabrina Soares de Araújo Góis
Diretora de Infraestrutura Geocientífica (a partir de agosto/2024)

Francisco Valdir Silveira
Diretor de Geologia e Recursos Minerais

Contador

Flavio Augusto de Souza Pinheiro
Contador CRC RJ-116457/O-0



Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM

**Relatório de revisão das informações contábeis intermediárias
3º trimestre de 2024**



RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Administradores e Conselheiros da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da **Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM** (a “Companhia”), referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 30 de setembro de 2024, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



Audidores e Consultores

Auditoria e revisão das demonstrações contábeis anteriores

As Informações Trimestrais mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 30 de setembro de 2023, obtidas das informações trimestrais daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais do trimestre findo em 30 de setembro de 2023 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram conduzidos sob a responsabilidade de nossa auditoria, sendo emitido relatórios de revisão específico de auditoria para 30 de junho de 2023, datado de 16 de janeiro de 2024 e relatório de auditoria das demonstrações contábeis para 31 de dezembro de 2023 na data de 14 de março de 2024, sem ressalva.

São Paulo, 26 de dezembro de 2024

NIVALDO SABURO Assinado de forma digital
por NIVALDO SABURO
YAMAMOTO:8152 YAMAMOTO:81523165804
3165804 Dados: 2025.01.21 11:27:43
-03'00'

TBRT Auditores Independentes S/S
CRC 2SP021239/O-9
Nivaldo Saburo Yamamoto
Contador CRC 1SP195282/O-9

